

A política internacional no contexto da II Guerra Mundial e seus impactos para o fim do Estado Novo – relato de estudo

Sarah Luca Naomi Beker¹
(Orientador: Vitor Oliveira Ikeda²)

Resumo: O Estado Novo manteve um delicado equilíbrio entre forças (trabalhadoras, burguesas industriais-nacionais, capitalista financeira internacional e militares), o que garantiu o apoio político do governo. Essa forma de governança acabou se corroendo devido a uma série de fatores políticos, econômicos e sociais que ocorreram interna e externamente durante esse período. O desmonte dos pilares do governo de Vargas aconteceu lentamente, já que havia um esforço constante em reajustar seu domínio, sempre buscando apoio da população. Seu término foi marcado com a deposição de Vargas em outubro e as eleições de dezembro de 1945, em prol da redemocratização brasileira.

Palavras Chave: Ditadura, Política, Estado Novo, Getúlio Vargas, Segunda Guerra Mundial.

Abstract: The *Estado Novo* maintained a delicate balance between forces (workers, national industrial businessmen, international financial capital and the military) that guaranteed the government's political support. This form of government ended up eroding due to a series of political, economic and social factors that occurred internally and externally during this period. The dismantling of the pillars of the Vargas government happened slowly, as there was a constant effort to readjust, always seeking support from the population. Its end was marked with the deposition of Vargas in the October and December of 1945 elections, in favor of Brazilian redemocratization.

Keywords: Dictatorship, Politics, *Estado Novo*, Getúlio Vargas, Second World War.

1. Introdução

Esse artigo tem como objetivo estudar os fatores internos e externos que fizeram com que o Estado Novo no Brasil, com início em 1937, terminasse simultaneamente à Segunda Guerra Mundial em 1945.

Para tanto, buscou-se analisar as causas que influenciaram a crise do governo de Getúlio Vargas através da investigação de fontes secundárias visando uma revisão bibliográfica sobre o assunto. Para compreender o funcionamento e as principais características do Estado Novo e as características da liderança de Vargas, foi utilizado o capítulo 7 - "Estado getulista" - do livro *História do Brasil* (FAUSTO, 2016). Para a análise da crise do Estado Novo, foram usados os seguintes artigos: "O Fim do Estado Novo e as Disputas em torno da Política Econômica" (CORSI, 2020), "O fim do estado novo e o embaixador americano: a presença de Adolf Berle Junior na política brasileira (1945)" (MEIRELLES, 2011) e "As Representações sobre a União Democrática Nacional na Imprensa Carioca do Segundo Governo Vargas (1951-1954)" (REGINA, 2020).

2. Identificação e avaliação das fontes

O livro "A História do Brasil" (2016) de Boris Fausto foi publicado pela Edusp em 1994. O autor foi um importante cientista político, historiador brasileiro e ex-professor de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP), tendo recebido 3 prêmios Jabuti, sempre marcado pela excelência em obras didáticas em ciências humanas. Essa obra permitiu a análise das relações de poder ao longo da história do país, destacando a luta entre as elites políticas e econômicas e as camadas populares, a importância dos movimentos sociais e as mudanças políticas para a construção da democracia no Brasil. Além disso, a obra permitiu a contextualização dos acontecimentos históricos no cenário internacional.

¹ Aluna do Y12 da Escola Bilíngue Pueri Domus, unidade Aclimação.

² Professor de História e Psicanalista. Graduado pela Universidade de São Paulo, Especialista em Ensino de Filosofia pela UNIFESP e em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica. É Mestre pela Universidade de São Paulo em Educação, Linguagem e Psicologia.

O artigo de Meirelles (2011) foi utilizado para entender a força da influência norte-americana no Brasil durante o Estado Novo e a urgência de um processo de democratização no país. O artigo de Corsi (2020) trouxe aspectos específicos no âmbito político, econômico e social sobre a crise do Estado Novo. Já o texto de Regina (2020) explica os fundamentos da União Democrática Nacional, que surgiu como uma forma de organizar a população contra Getúlio Vargas.

3. Análise, argumentos e avaliação

De acordo com Boris Fausto (2016), Getúlio Vargas anunciou uma nova fase política brasileira em 1937, com o chamado Estado Novo. Esse regime autoritário foi criado com a justificativa da necessidade de restaurar a organização política do país frente às demandas econômicas da época, puxada pela crise do capitalismo internacional e, particularmente, pela quebra da bolsa de Nova Iorque de 1929, o que ocasionou inúmeras falências e alta taxa de desemprego.

Essa crise aconteceu num país de raízes liberais e muitos então passaram acreditar na necessidade da presença de um Estado mais forte e inchado como alternativa para garantir seu bom funcionamento econômico. Esse contexto tornou favorável o surgimento de regimes intervencionistas.

O Estado Novo foi implementado num estilo autoritário e repressivo, como uma ditadura, perseguindo ferozmente os comunistas e diversos movimentos populares liberais, que foram silenciados. Em contraposição, as classes dominantes não só o aceitaram, como muitos chegaram até a considerá-lo benéfico. Essa base de apoiadores era composta pelos militares, pela burguesia industrial nacional, pelo capital financeiro internacional e, por fim, por um forte apoio popular, baseado principalmente nos trabalhadores.

O governo de Vargas, apesar da alta popularidade e apoio, acabou se esfacelando em menos de dez anos. Assim, surge o seguinte questionamento: Em que medida as políticas nacional e internacional brasileiras no contexto da Segunda Guerra Mundial influenciaram o fim do Estado Novo e a deposição de Vargas?

Essa base de apoio, apesar de forte, não era imune às discordâncias. Uma decisão importante, que impactou a economia do país, foi quando o Estado decidiu implementar a substituição de importações pela produção interna e investir principalmente nas indústrias de base, como aço e petróleo. Apesar de ter agradado a burguesia, desagradou setores que não concordavam com a forma do financiamento necessário e a origem desse capital de investimento.

Para fazer muitas dessas obras e para dar início a estas operações industriais, foi necessária a realização de um empréstimo financeiro junto aos Estados Unidos. Para as Forças Armadas, esse investimento estrangeiro era perigoso, pois poderia comprometer a autonomia brasileira, uma vez que o Brasil estaria com uma dívida vinculada ao câmbio estrangeiro e sujeito às oscilações de sua moeda e à oferta de crédito internacional (FAUSTO, 2016).

Vargas tinha uma postura centralizadora e não aceitava críticas. Com o objetivo de atrair a população brasileira ao seu favor, ele implementou um conjunto de propagandas para ressaltar os êxitos de seu governo e uma política trabalhista protecionista. Essa decisão agradou os trabalhadores e, ao mesmo tempo, descontentou a burguesia, responsável pelo pagamento dos salários e dos direitos recém adquiridos pelos proletários.

Quanto ao posicionamento do país frente a Segunda Guerra Mundial, o Brasil inicialmente possuía uma posição neutra. Em agosto de 1942, porém, vários navios mercantis foram derrubados por submarinos alemães. A partir desses episódios, Vargas foi pressionado a se posicionar contra os países do Eixo e optou pelo alinhamento ao lado dos países aliados, entre eles os Estados Unidos.

Com o estreitamento dos laços entre o Brasil e os Estados Unidos, houve um aumento crescente das demandas e influências americanas até o momento em que Getúlio não conseguiu mais atendê-las. Publicada em 1945, o Brasil recebeu uma nota da embaixada americana ordenando o pacífico e rápido direcionamento do país a um regime democrático.

Vargas tinha um discurso de que promoveria eleições como caminho para a constituição de um ambiente democrático. No entanto, essas eleições foram sempre postergadas. Influentes membros das Forças Armadas desistiram de esperar e começaram a se afastar de Vargas, porque defendiam eleições imediatas, com destaque para Góes Monteiro, chefe do Estado Maior do Exército, e Eurico G. Dutra, um dos principais líderes militares à época. (CORSI, 2020). Os militares, ao perceberem uma vontade cada vez menor de Vargas em convocar novas eleições, optaram pela sua saída.

Outras camadas da população, como artistas e intelectuais, começaram a se organizar contra Getúlio. Em janeiro de 1945, houve o I Congresso Brasileiro de Escritores, que acabou desencadeando manifestações a favor da liberdade de expressão e da redemocratização do Brasil. Desde então, as propagandas na imprensa e entrevistas contra o regime do Estado Novo começaram a ser veiculadas com bastante frequência. A recessão econômica mundial pós-crise de 1929 e o desgaste gerado pelos gastos

com a Segunda Guerra Mundial levaram a um contexto não favorável financeiramente, devido aos onerosos investimentos na indústria de base e em infraestrutura promovidos por Vargas. Aqueles que estavam sendo beneficiados com estes investimentos não queriam perder o poder e sua influência sobre o governo.

Apesar de nem sempre convergentes, o cenário econômico brasileiro estava circundado por planos econômicos que tinham como objetivo a restauração da economia. Uma vez que não havia a possibilidade de implementar a opinião de todos, o poder de Vargas se desestabilizou.

Outro ponto a ser ressaltado foi a importância da chegada de Adolf Berle, novo embaixador dos Estados Unidos em 1945 no Brasil, ao final do governo de Vargas, representando os interesses do governo de Franklin Roosevelt. Neste momento, os brasileiros tinham maior consciência que, apesar de terem lutado contra governos ditatoriais, de perfis fascista e nazista durante a Segunda Guerra Mundial, eles mesmos estavam vivendo em um estado autoritário e repressivo.

Berle via uma sociedade dividida entre os queremistas (que apoiavam Vargas no poder) e os opositores, grupo era liderado pela UDN (União Democrática Nacional) e por facções militares.

A UDN organizava a população que era a favor do liberalismo econômico. O objetivo da UDN era intervir no governo de Vargas o mais rápido possível através de oposições, que foram crescentes ao longo do tempo.

Os opositores que faziam parte das Forças Armadas, compostos por importantes membros como Dutra e Monteiro, incentivaram a possibilidade de um golpe para a deposição de Vargas. Outros que somavam à oposição eram setores à esquerda, não tão influentes, mas que defendiam a saída de Vargas e a convocação de novas eleições (MEIRELLES, 2011).

Os contrários ao governo receberam apoio da burguesia industrial, que antes apoiava Vargas. O rompimento foi causado em 1945, quando ele bloqueou a proposta de planejamento econômico de Simonsen na Comissão de Planejamento Econômico, o que impediu um grande avanço da industrialização. Vargas rejeitou a proposta porque não estava disposto a diminuir seus poderes e grau de autonomia, já que muitas de suas decisões seriam delegadas aos burgueses (CORSI, 2020).

Segundo Meirelles (2011), Berle deixou claro em seu discurso aos brasileiros que a democracia seria o único caminho para resolver o conflito que o Brasil estava passando naquele momento. Em seu livro "América Latina: diplomacia e realidade (1962)", coloca-se como representante da visão dos estadunidenses para os brasileiros.

Com eleições marcadas para 2 de dezembro de 1945, Vargas permite a criação dos partidos PSD (Partido Social Democrático) e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). O PSD surge para dar apoio a Dutra, inicialmente opositor a Vargas, mas, na época, seu candidato oficial à presidência. O PTB surgiu para dar representatividade aos trabalhadores, antigos aliados de Vargas. No entanto, ambos os partidos ainda eram fortemente influenciados por Vargas, o que acabou enfurecendo opositores como a UDN. A articulação de um golpe passou a ser vista como a única solução para a saída de Vargas. Esse golpe recebeu apoio de alguns setores das Forças Armadas que não tinham se rendido a apoiar Dutra.

Do ponto de vista econômico, o Brasil também passava por intensas contradições. Getúlio decretou a "Lei Malaia" em 22 de junho de 1945, que acabou por afastá-lo da burguesia. Essa lei impedia a definição de preços por *trusts*, caracterizados por empresários e cartéis que tentavam controlar os preços crescentes da inflação pós-guerra, permitindo que o governo pudesse intervir em todas as empresas envolvidas em fatores contrários à economia nacional.

Fusões ou aquisições precisavam ser autorizadas pela Comissão Administrativa de Defesa Econômica (CADE), que tinha como objetivo reforçar a lei e era subordinada ao governo (CORSI, 2020). Tamanho foi o desagrado das empresas nacionais, que a UDN protestou fortemente e os empresários se recusaram a aceitar o controle da CADE sobre as relações entre as empresas. Vargas ficou cada vez mais pressionado, o que gerou tumultos no cenário nacional: várias manifestações, a favor e contra o governo, ocorreram durante alguns meses.

De acordo com Corsi (2020), o estopim que acabou desencadeando o golpe foi a nomeação de Benjamin Vargas para o cargo de Chefe de Polícia no lugar de João Alberto. Havia boatos que Benjamin iria prender os oficiais conspiradores do governo de Vargas. Assim, quando a notícia chegou até o Ministério da Guerra, as Forças Armadas organizaram o golpe e, no dia 25 de outubro de 1945, Getúlio Vargas foi deposto.

4. Considerações finais

O delicado equilíbrio entre grupos heterogêneos garantiu, durante algum tempo, o apoio político ao governo, mas essa forma de gestão acabou se degradando devido a uma série de fatores políticos, econômicos e sociais, que ocorreram interna e externamente durante esse período.

Os militares que apoiavam Vargas acreditaram que ele garantiria eleições justas. Ao se darem conta do planejamento de Vargas em se manter no governo por um tempo maior, figuras significativas começaram a perceber que suas intenções injustas e antidemocráticas.

Dentre os aspectos internacionais, pode ser mencionada a aliança entre Brasil e Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, que influenciou na grande participação dos americanos na política brasileira, justificando a pregação da democratização no Brasil. Além disso, é importante ressaltar que os Estados Unidos lutaram contra o Eixo, conjunto de países caracterizados por tendências nazistas e fascistas contra governos autoritários, características imperantes no Estado Novo do Brasil.

As relações com o capital financeiro foram piorando devido à crise econômica oriunda da grande depressão de 1929 e dos desgastes da Segunda Guerra Mundial, o que diminuiu a oferta de crédito internacional e encareceu empréstimos feitos em moeda estrangeira.

O ápice da crise entre o governo e a burguesia instaurou-se em 1945, com a criação da "Lei Malaia", caracterizada como uma tentativa de acolher os trabalhadores, mas que acabou por afastar os burgueses industriais por causa das fiscalizações que seriam aplicadas nas grandes empresas nacionais a fim de controlar a inflação.

Percebe-se que a perda da base de sustentação do governo foi oriunda de uma sequência de fatores que incluíram a tentativa de agradar diferentes camadas das classes sociais com prioridades e realidades distintas. Soma-se à sua derrocada o fortalecimento de um ideário cultural-democrático no Brasil que foi acompanhado pela Segunda Guerra Mundial.

Em busca contínua de apoio da população, o desmonte dos pilares do governo de Vargas ocorreu lenta e progressivamente. Seu término foi marcado com a deposição de Vargas em outubro e as eleições de dezembro de 1945, em prol da redemocratização brasileira.

Referências

CORSI, F. "O fim do Estado Novo e as disputas em torno da política econômica". **Revista de Sociologia e Política**, n. 6/7. Universidade Federal do Paraná: 1996. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/328069411.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2023.

FAUSTO, B. "Estado Getulista" In **História do Brasil**. [s.l.] São Paulo Edusp: 2016.

MEIRELLES, A. "O fim do Estado Novo e o embaixador americano: a presença de Adolf Berle Junior na política brasileira (1945)". [s.l.: s.n.]. **Anais do VI Simpósio Nacional Estado e Poder**. Universidade Federal de Sergipe, out/2010. Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT11/GT11-ALEXANDRE.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

REGINA, T. **As representações sobre a União Democrática Nacional na imprensa carioca do segundo governo Vargas (1951-1954)**. Dissertação de Mestrado apresentado à Escola de Humanidades da PUC/RS. Porto Alegre: 2020. Disponível em: <<https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/9389/2/THIAGO%20COSTA%20JULIANI%20REGINA%20DIS.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2023.

Recebido para publicação em 13-08-23; aceito em 29-08-23